



SAÚDE COLETIVA POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL: TERRITÓRIOS, ANCESTRALIDADES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DIANTE DO TRAUMA ECOLÓGICO

COLLECTIVE HEALTH FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE: TERRITORIES, ANCESTRIES, AND PROCESSES OF SUBJECTIVATION IN THE FACE OF ECOLOGICAL TRAUMA

DOI: 10.5281/zenodo.18676435



Idália Medeiros Guerra¹

RESUMO

A crise climática contemporânea explicita a persistência de um padrão civilizatório fundado na colonialidade, cujos efeitos atravessam territórios, corpos e modos de subjetivação, produzindo sofrimento psíquico e vulnerabilização coletiva. No campo da Saúde Coletiva e Comunitária, tais fenômenos tensionam abordagens centradas na responsabilização individual e convocam a revisão crítica dos paradigmas de cuidado. Este artigo tem como objetivo articular Saúde Coletiva, decolonialidade, ecologia e processos de subjetivação, problematizando o trauma ecológico e a ecoansiedade como expressões de uma ferida histórica e política, e não como desordens exclusivamente individuais. Trata-se de um artigo teórico, de caráter crítico-decolonial, construído a partir da análise conceitual e do diálogo entre produções da Saúde Coletiva, da Psicologia, da Ecologia Política e das Epistemologias do Sul, com ênfase no pensamento de Nêgo Bispo e na noção de confluência. Argumenta-se que o sofrimento ambiental emerge de relações coloniais que separam humanidade e natureza, saber e território. Defende-se que a Saúde Coletiva, ao incorporar perspectivas decoloniais e saberes ancestrais, pode contribuir para práticas de cuidado territorializadas, comunitárias e ecologicamente sustentáveis, capazes de enfrentar o colapso ambiental sem reduzir o sofrimento à esfera individual.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Decolonialidade; Processos de Subjetivação; Ecosofia; Trauma ecológico.

¹ Psicóloga, pesquisadora e clínica. Mestranda no PPGPsi da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.





ABSTRACT

The contemporary climate crisis exposes the persistence of a civilizational model rooted in coloniality, whose effects traverse territories, bodies, and processes of subjectivation, producing psychic suffering and collective vulnerability. In Collective and Community Health, these phenomena challenge approaches centered on individual responsibility and call for a critical revision of care paradigms. This theoretical article articulates Collective Health, decoloniality, ecology, and processes of subjectivation, problematizing ecological trauma as a historical and political wound rather than an exclusively individual disorder. Built upon a critical-decolonial perspective and grounded in the Epistemologies of the South and the thought of Nêgo Bispo, the article argues that environmental suffering emerges from colonial relations that separate humanity from nature, knowledge from territory. It concludes that incorporating decolonial perspectives and ancestral knowledges can foster territorialized, community-based, and ecologically sustainable care practices.

Keywords: Collective Health; Decoloniality; Processes of subjectivation; Ecosophy; Ecological trauma.

“Nós somos o começo, o meio e o começo.”
Nêgo Bispo.

1. INTRODUÇÃO

A crise climática que atravessa o século XXI não pode ser compreendida apenas como um fenômeno ambiental ou como efeito colateral do desenvolvimento econômico. Trata-se da superfície mais visível de um abalo civilizatório profundo, enraizado na longa história da colonialidade enquanto matriz de poder que organizou as relações entre humanidade, natureza, saberes e territórios. Esse padrão civilizatório instituiu separações radicais entre corpo e território, razão e natureza, progresso e vida, produzindo modos de existência marcados pela exploração, pela expropriação e pela precarização da vida.

A colonialidade opera como lógica estrutural de hierarquização de corpos, territórios e conhecimentos. Ao impor o eurocentrismo como horizonte único de racionalidade, instaurou-se simultaneamente a exploração econômica da natureza e a deslegitimação de saberes outros, produzindo o que diversos autores denominam epistemicídio. Nesse processo, a natureza foi convertida em recurso e a vida em mercadoria, consolidando uma relação instrumental que hoje se revela insustentável.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





No campo da Saúde Coletiva e Comunitária, a emergência do colapso ecológico tensiona os limites dos paradigmas tradicionais de cuidado, sobretudo aqueles que individualizam o sofrimento e despolitizam suas condições de produção. Fenômenos como o trauma ecológico, a ecoansiedade e a exaustão diante da iminência de um futuro ambientalmente incerto têm sido frequentemente tratados como desordens psíquicas individuais, invisibilizando as determinações históricas, territoriais e políticas que atravessam tais experiências.

Reconhecer que os impactos da crise climática não se distribuem de forma homogênea é fundamental, as populações racializadas, povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres e grupos historicamente vulnerabilizados experienciam de maneira mais intensa a perda de territórios, a degradação ambiental, a insegurança hídrica e alimentar e a ruptura de modos de vida. Assim, o sofrimento psíquico associado à crise ecológica é inseparável das relações coloniais que estruturam as desigualdades socioambientais.

Este artigo tem como objetivo articular Saúde Coletiva e Comunitária, decolonialidade, ecologia e processos de subjetivação, problematizando o sofrimento ambiental como expressão de uma ferida histórica e política. Metodologicamente, trata-se de um artigo teórico de caráter crítico-decolonial, construído a partir da análise conceitual e do diálogo entre produções da Saúde Coletiva, da Psicologia e das Epistemologias do Sul. O texto organiza-se em três eixos: (i) colonialidade, ecologia e produção de vulnerabilidades; (ii) Epistemologias do Sul, confluência e práticas comunitárias de cuidado; e (iii) Saúde Coletiva, ecosofia e processos de subjetivação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Colonialidade, ecologia e produção de vulnerabilidades

A colonialidade do poder instituiu uma racionalidade hierarquizante de saberes, corpos e territórios, convertendo a natureza em recurso e descartando vidas pré-determinadas. Essa lógica sustenta a produção desigual das vulnerabilidades socioambientais que se intensificam





em contextos de eventos climáticos extremos. A crise climática, nesse sentido, não inaugura desigualdades, mas radicaliza violências historicamente produzidas, posto que tal produção é atravessada por marcadores de gênero e raça, a colonialidade do poder opera a crise simultaneamente como colonialidade de gênero, conforme argumenta Lugones(2008), aprofundando a exposição de mulheres e corpos racializados aos efeitos do colapso ambiental.

No campo da Saúde Coletiva, estudos indicam que os impactos psicossociais de desastres ambientais são duradouros, coletivos e territorializados, com agravamento significativo do sofrimento psíquico no período pós-desastre. O trauma não se restringe ao evento, mas se prolonga na perda de vínculos, na instabilidade dos modos de vida e na sensação de futuro interrompido, evidenciando que o sofrimento ambiental é inseparável da desterritorialização da vida. Como já advertia Frantz Fanon (2008), não há possibilidade de cuidado ou reparação do sofrimento quando as estruturas que produzem a desumanização permanecem intactas, o que evidencia os limites de abordagens que individualizam o sofrimento em contextos de violência estrutural.

A psicologização desses fenômenos reproduz a lógica colonial ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade por um colapso estrutural. Ao tratar a ecoansiedade como falha adaptativa, invisibilizam-se as condições políticas, econômicas e ambientais que produzem a catástrofe, em contraposição, abordagens críticas no campo da Psicologia e da Saúde Coletiva têm afirmado a necessidade de práticas de cuidado comunitárias, territoriais e intersetoriais, orientadas pela justiça social e pela garantia de direitos.

2.2 Epistemologias do Sul, confluência e práticas comunitárias de cuidado

As Epistemologias do Sul, conforme sistematizadas por Boaventura e Meneses (2009) e aprofundadas por Santos, Araújo e Baumgarten (2016), constituem uma proposta epistemológica e política orientada à crítica da colonialidade do saber e do pensamento abissal. O Sul não designa uma localização geográfica, mas opera como metáfora do





sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, bem como das resistências históricas engendradas contra essas formas de dominação.

Essa proposta parte do reconhecimento de um processo histórico de epistemicídio, por meio do qual saberes produzidos “do outro lado da linha” foram sistematicamente deslegitimados. Para enfrentar esse legado, articulam-se a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, tendo como eixo central a ecologia de saberes, que afirma a incompletude de todo conhecimento e defende relações não hierárquicas entre saberes científicos e não científicos.

No Saúde Coletiva, essa perspectiva permite reconhecer que os processos de saúde, adoecimento e subjetivação são atravessados por disputas epistêmicas que definem quais experiências contam como conhecimento legítimo e quais formas de vida são consideradas dignas de cuidado. É nesse horizonte que o pensamento de Nêgo Bispo se inscreve como expressão viva de uma epistemologia do Sul, ao propor a confluência como princípio ético-relacional, afirmando a coexistência entre diferenças sem hierarquização.

Práticas comunitárias de cuidado não devem ser compreendidas como saberes periféricos, mas como tecnologias complexas de sustentação da vida. Reconhece-se que tais práticas não estão isentas de tensões internas; contudo, sua potência histórica reside na capacidade de sustentar mundos diante da violência colonial e da degradação ambiental.

2.3 Saúde Coletiva, ecosofia e processos de subjetivação

Neste artigo, subjetivação é compreendida como processo histórico, relacional e territorial de produção de modos de existir, atravessado por relações de poder, memória, vínculos comunitários e pela relação com o território. A degradação ambiental rompe essas relações, produzindo sofrimento psíquico coletivo e a desterritorialização da vida. Tal entendimento converge com a noção de clínica ampliada no campo da Saúde Coletiva, que compreende o cuidado como produção relacional e territorial da vida, conforme discutem





Passos e Barros (2000), deslocando a clínica do eixo individual para o plano coletivo e institucional.

Nesse horizonte, a ecosofia, conforme formulada por Félix Guattari, oferece uma chave conceitual central para a articulação entre Saúde Coletiva, ecologia e processos de subjetivação. Ao propor uma abordagem integrada das ecologias ambiental, social e mental, Guattari rompe com a fragmentação moderna que separa natureza, sociedade e subjetividade, afirmando que toda crise ecológica é simultaneamente uma crise dos modos de vida e das formas de desejar. A ecosofia, enquanto ética-política do cuidado da existência, permite compreender que o sofrimento psíquico associado ao colapso ambiental emerge dos agenciamentos coletivos, territoriais e históricos que produzem vulnerabilização, exaustão subjetiva e ruptura de vínculos.

A ecoansiedade, no contexto capitalístico, pode ser compreendida não como patologia individual, mas como resposta subjetiva a um colapso ambiental e civilizatório, conforme discutem Valadão e Guanabens (2025), o que reforça a necessidade de abordagens coletivas e territoriais de cuidado. A perspectiva ecosófica amplia a compreensão dos determinantes do adoecimento ao reconhecer que a degradação dos ecossistemas, a precarização das relações sociais e a captura capitalística da subjetividade operam de forma indissociável.

Tal abordagem converge com as Epistemologias do Sul ao recusar soluções tecnocráticas e universalizantes, afirmando práticas de cuidado situadas, territoriais e sensíveis aos saberes ancestrais, possibilitando compreender o sofrimento como expressão de um coletivo ferido, abrindo espaço para a recomposição dos vínculos sociais, simbólicos e ecológicos. Nesse sentido, a Psicologia inserida no campo da Saúde Coletiva é convocada a atuar não apenas na mitigação do sofrimento, mas na reconstrução das condições que tornam a vida possível.





3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ecológica contemporânea explicita os limites históricos de um modelo civilizatório fundado na colonialidade, cuja racionalidade produziu a devastação dos ecossistemas e a hierarquização de vidas, territórios e saberes. No campo da Saúde Coletiva e da Psicologia, esse cenário impõe um reposicionamento ético, político e epistemológico capaz de enfrentar o sofrimento ambiental sem reduzi-lo a falhas individuais de adaptação. É nesse cenário que as epistemologias do sul se mostram centrais para a tarefa, ao afirmarem que não há justiça social sem justiça cognitiva. Reconhecer a legitimidade de saberes historicamente silenciados implica disputar o próprio sentido do cuidado em saúde, recolocando o território, a memória e a coletividade como dimensões constitutivas centrais da saúde.

A ecosofia, tal como proposta por Guattari, reforça esse deslocamento ao afirmar que o cuidado da vida exige uma articulação indissociável entre ecologia ambiental, social e mental. Longe de se apresentar como um modelo normativo universal, a ecosofia constitui uma ética situada e processual, aberta à pluralidade de saberes e práticas de cuidado, o que a torna especialmente fecunda para o diálogo com perspectivas decoloniais, contracoloniais e comunitárias. O pensamento de Nêgo Bispo, ao introduzir a confluência como princípio ético-relacional, converge com a ecosofia ao afirmar a reciprocidade como fundamento do cuidado. Práticas comunitárias e ancestrais não se configuram como alternativas periféricas, mas como tecnologias complexas de sustentação da vida, cuja deslegitimação esteve diretamente associada aos processos de colonização do saber e do território.

As reflexões aqui desenvolvidas não visam à prescrição de protocolos, mas à oferta de fundamentos ético-epistemológicos capazes de orientar práticas e políticas de cuidado sensíveis ao território, à coletividade e à justiça socioambiental. Frente ao trauma ecológico, sustentar a vida exige mais do que respostas técnicas: exige uma ética ecosófica do cuidado, capaz de recompor vínculos, afirmar a confluência e sustentar a vida em sua pluralidade; requer práticas de cuidado que sejam, elas mesmas, descolonizadoras, como: fortalecer





vínculos comunitários, produzir novos sentidos de vida, reconstruir a relação entre saúde e território e reconhecer a terra como parceira, e não como recurso.

Como lembra Acosta (2016), imaginar outros mundos nunca foi tão urgente. Talvez a contribuição mais profunda de Bispo seja afirmar que nenhum futuro é possível sem que aprendamos novamente a devolver à terra aquilo que dela recebemos. Nesse horizonte, a Psicologia tem um lugar e um compromisso, o de sustentar, junto aos povos que resistem, às condições para que a vida continue.

REFERÊNCIAS

A COSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BISPO DOS SANTOS, Antônio (Nêgo Bispo). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73–101, 2008.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71–79, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 14–23, 2016.

VALADÃO, A. C. B.; GUANABENS, P. F. S. Ecoansiedade. *Revista Delos*, 2025.

VIEIRA-DA-SILVA, Lilia Maria; PAIM, Jairnilson Silva; SCHRAIBER, Lilia Blima. *O que é Saúde Coletiva*. São Paulo: MedBook, 2014.

Recebido em: 16/01/2026

Aprovado em: 29/01/2026

Publicado em: 17/02/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

